



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Rua XV de Novembro, 30 – Triunfo – RS – CEP – 95.840-000
e-mail: planejamento@triunfo.rs.gov.br

PROJETO BÁSICO / MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETIVO

O presente documento tem por finalidade estabelecer os critérios e parâmetros para a realização de um Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEOSP). Serão contemplados os serviços de construção e reparos em passeios públicos executados em concreto e em laje grês.

2. JUSTIFICATIVA

É verificada a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução de obras de passeios públicos em ruas do Município de Triunfo/RS, a fim de garantir uma boa trafegabilidade nas ruas, assim como a padronização das calçadas nessas vias. Dessa forma, busca-se gerar boas condições de acessibilidade, conforto e segurança aos pedestres.

3. GENERALIDADES

- 3.1. Todas as modificações de projeto e/ou troca de materiais especificados deverão ser solicitadas por escrito à Fiscalização competente, com antecedência necessária para sua análise, que em caso de aprovação emitirá ofício autorizando, sem o qual os serviços não poderão ser executados. A Contratada deverá assumir a responsabilidade e a garantia caso venha a ser necessária alguma manutenção;
- 3.2. Mesmo que não conste no Orçamento e/ou no respectivo Projeto Básico, entendem-se como incluídos no orçamento da Contratada todos os materiais, mão de obra, encargos trabalhistas, taxas, emolumentos, etc. para a completa execução dos serviços projetados, assim como a rigorosa obediência às prescrições das Normas Técnicas cabíveis, o bom acabamento técnico e o pleno e perfeito funcionamento dos itens e equipamentos instalados;
- 3.3. Ficarão impugnados pela Fiscalização competente, todos os serviços materiais que não estiverem de acordo com o Projeto Básico. Ficará de responsabilidade da empresa contratada para a execução da obra a troca de materiais e/ou a recuperação de todos os serviços que não forem aceitos pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes;
- 3.4. As empresas licitantes deverão realizar o estudo dos projetos, memoriais e outros documentos técnicos que compõem a obra, pois ao entregar a proposta aceitará as determinações do mesmo. Em caso de contradição, omissão ou erro deverá comunicar ao Contratante para que seja feita a correção;

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Todos os serviços previstos no presente Projeto Básico deverão ser acompanhados de sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Rua XV de Novembro, 30 – Triunfo – RS – CEP – 95.840-000
e-mail: planejamento@triunfo.rs.gov.br

- 4.2. Serão de responsabilidade da Contratada todas as providências relativas ao licenciamento da construção, ARTs de Execução e Projeto (quando este se fizer necessário) junto ao CREA/CAU, guias de recolhimento junto ao INSS e taxas correspondentes;
- 4.3. A Contratada obriga-se a executar as obras de acordo com os projetos, prestando toda assistência técnica e administrativa, a fim de que os trabalhos sejam desenvolvidos com a máxima perfeição e mínimo de desperdício;
- 4.4. A obra deverá ser administrada por profissional legalmente habilitado, e que deverá estar presente em todas as fases importantes da execução dos serviços. O executante manterá ainda, em obra, um mestre de obra geral para prestar quaisquer esclarecimentos necessários ao Fiscal da Contratante;
- 4.5. Serão de responsabilidade da Contratada as seguintes providências:
- Recrutamento de mão de obra inerente aos serviços a executar;
 - Equipamentos mecânicos e ferramentas necessárias;
 - Equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme normas reguladoras NR-6 e NR-18 do Ministério do Trabalho;
 - Isolamento e sinalização das obras para proteção das pessoas da comunidade e demais;
 - Todas as ordens de serviço ou comunicações com a Fiscalização à empresa executora, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, e somente assim produzirão seus efeitos. Para tal, deverá ser usado o Livro Diário da Obra. O diário da obra deverá ser preenchido DIARIAMENTE e fará parte da documentação necessária junto à medição, para a liberação da parcela de pagamento.
- 4.6. A empresa executora estará ciente que a critério da Fiscalização poderá ser solicitado quaisquer outras documentações que a mesma entender como necessária para a garantia dos quesitos de saúde, segurança e higiene do trabalhador, tanto quanto aos aspectos ambientais, assim como os custos referentes aos trabalhos executados.

5. LOCAIS DE INTERVENÇÃO

Os serviços serão realizados no Município de Triunfo/RS, conforme demanda levantada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), nos seguintes bairros e/ou distritos:



QUADRO 1- Passeios em Concreto

LOCAL	ÁREA
Centro (Olaria, Estaleiro e Creche)	25.000 m ²
Barreto	5.000 m ²
Coxilha Velha	2.000 m ²
Vendinha	2.000 m ²
Porto Batista	6.000 m ²
TOTAL	40.000 m²

QUADRO 2 - Passeios em Laje Grês

LOCAL	ÁREA
Centro (Olaria, Estaleiro e Creche)	15.000 m ²
Barreto	1.200 m ²
Coxilha Velha	500 m ²
Vendinha	500 m ²
Porto Batista	1.600 m ²
TOTAL	18.800 m²

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. Serviços Iniciais:

- 6.1.1. Antes do início dos trabalhos, deverá ser efetuado isolamento apropriado no local, de modo a restringir o acesso às áreas de intervenção;
- 6.1.2. Os materiais empregados no isolamento deverão ser de boa qualidade e estar devidamente fixados;
- 6.1.3. Nas áreas em que se fizer necessário, deverão ser executados os serviços de limpeza e raspagem do terreno, retirando-se os materiais inadequados existentes;
- 6.1.4. A remoção de qualquer árvore deverá ser solicitada por escrito à Fiscalização, e somente será autorizada mediante emissão de licença ambiental, que deverá ser requerida pela CONTRATADA e apresentada à Fiscalização. As árvores que não possuam interferência na obra não deverão ser removidas.

6.2. Demolições e Remoções

- 6.2.1. Caberá à CONTRATADA a demolição e remoção dos elementos que necessitarão de substituição;
- 6.2.2. Todo material deverá ser retirado de forma organizada e tomando-se todas as precauções necessárias para evitar qualquer tipo de acidente. Esta remoção deverá respeitar as



normativas de segurança do trabalho vigente, ser sinalizada e isolada do fluxo de pessoas não autorizadas;

- 6.2.3. Após realizadas as demolições e retiradas, o material resultante deverá ser transportado até caçamba ou caminhão para descarte em locais licenciados, em conformidade com a legislação vigente, sendo todas as etapas do serviço de total responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.2.4. Excetuam-se do item anterior os materiais que possuam características que conferem a possibilidade de reaproveitamento como aterro.

6.3. Pavimentação – Calçadas em Laje de Grês

- 6.3.1. Deverá ser executada a remoção das calçadas em pedra grês que estiverem danificadas. A remoção deverá ser feita de forma cuidadosa, a fim de não afetar o pavimento do entorno que estiver em boas condições;
- 6.3.2. Previamente à instalação das novas peças, deverá ser reconstituída a base do pavimento para evitar o surgimento de novas patologias. Para isso, o solo no local deverá ser devidamente nivelado e recompactado. Conforme necessidade deverá ser adicionado novo material de boa qualidade para o reaterro;
- 6.3.3. Após a compactação deverá ser executado lastro de areia média, de espessura média de 5 centímetros;
- 6.3.4. Sobre a camada de lastro serão assentadas as novas peças de grês, específica para aplicação em calçadas, com dimensões de 100 x 50 x 5 centímetros, aplicada sobre lastro de areia e preenchimento das juntas com argamassa;
- 6.3.5. Decorridas 72 horas, ao menos, após o assentamento das placas, deverá ser aplicada argamassa para rejuntamento com auxílio de uma desempenadeira de EVA ou borracha para um melhor acabamento. Posteriormente à execução dos serviços a superfície deverá ser limpa com pano umedecido;
- 6.3.6. O travamento das calçadas no encontro com a via deverá ser executado com meio fio de concreto.

6.4. Pavimentação – Calçadas em Concreto

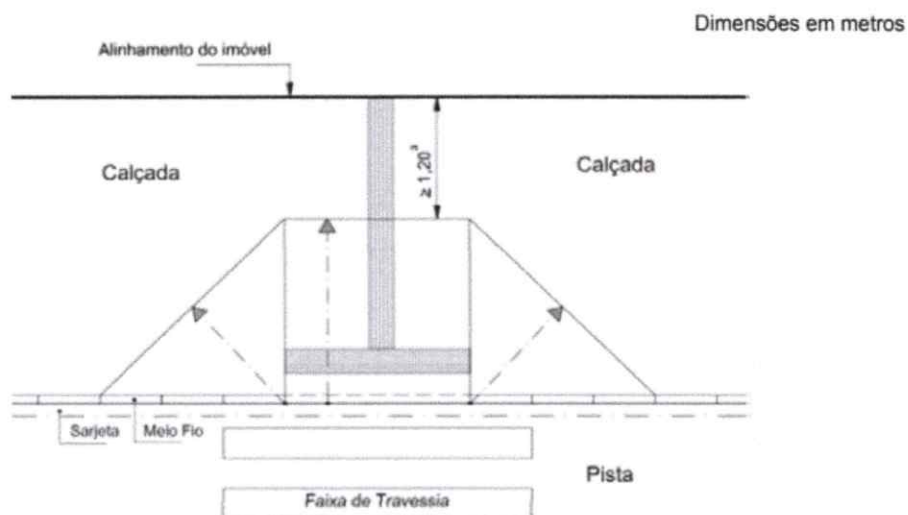
- 6.4.1. As calçadas deverão possuir largura entre 1,50 e 2,00 metros e deverá ser definida conforme as características de cada local. Antes do início dos serviços e após a marcação do trecho a Fiscalização deverá ser comunicada para autorizar o início das formas;
- 6.4.2. A superfície deverá ser regularizada e devidamente compactada ao longo de toda a área, de modo que assuma a forma determinada em projeto. A compactação deverá ser executada no sentido da borda interna e progredir até a borda externa;



- 6.4.3. Sobre a base deverá ser executado um lastro de brita regularmente espalhado, com espessura de 5 (cinco) centímetros. Após a execução da camada granular deverão ser montadas as formas;
- 6.4.4. Sobre a camada de brita deverá ser instalada uma camada de lona plástica de 150 micra, para fins de impermeabilização;
- 6.4.5. Nos acessos de garagens e/ou veículos pesados deverá ser instalada armadura em tela de aço soldada nervurada Q-196 de diâmetro de 5,00 milímetros e espaçamento de malha 10 x 10 centímetros;
- 6.4.6. Após a finalização das etapas anteriores deverá ser feita a concretagem das calçadas, sendo realizados o lançamento, espalhamento, adensamento, sarrafeamento e desempeno. O concreto deverá possuir resistência de 20 Mpa (megapascals);
- 6.4.7. Deverão ser executadas juntas de dilatação a cada 2 (dois) metros;
- 6.4.8. O acabamento das calçadas deverá ser vassourado de forma que apresente rugosidade suficiente para garantir a segurança dos pedestres. As ranhuras deverão ser executadas transversalmente ao eixo da calçada e feita com o concreto ainda fresco.

6.5. Acessos e Piso Podotátil

- 6.5.1. As calçadas devem possuir rebaixamento junto às travessias de pedestres sinalizadas com faixa de segurança em ambos os lados. Não deve haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável. O rebaixos de calçadas localizados em lados opostos da via devem estar alinhados entre si;



- 6.5.2. Os rebaixamentos de calçadas devem ser constituídos a partir do mesmo concreto utilizado na execução das calçadas. A inclinação deve ser constante e não superior a 8,33%;



- 6.5.3. O piso podotátil deverá ser instalado em cor e textura adequados para cada situação, e em conformidade com a legislação vigente;
- 6.5.4. Nos acessos e obstáculos existentes nas calçadas, deverá ser instalado piso podotátil de alerta em sentido perpendicular ao sentido de deslocamento, conforme exemplificado na figura.

6.6. Meios-Fios (Guias)

- 6.6.1. Os meios-fios serão elementos pré-moldados e executados obedecendo os alinhamentos, cotas e dimensões indicadas, e esses devem apresentar resistência mínima de 20 MPa (megapascals);
- 6.6.2. Os elementos deverão possuir a seguintes dimensões: 30 x 15 x 13 x 15 x 100 (altura x base inferior x base superior x espelho x comprimento) centímetros;
- 6.6.3. Os meios-fios serão assentados e rejuntados com argamassa de cimento e areia;
- 6.6.4. Nos locais onde for previsto acesso, deverá ser executado o rebaixo do meio-fio, conforme especificado no projeto em anexo.

7. LIMPEZA

- 7.1. A obra será entregue perfeitamente limpa, em perfeito funcionamento e considerada concluída após a fiscalização e emissão do termo de recebimento definitivo, conforme cláusulas de contrato;
- 7.2. Não deverão restar quaisquer entulhos ou materiais provenientes da obra no local, devendo estes serem removidos e destinados adequadamente.

8. CONCLUSÃO DA OBRA

- 8.1. A conclusão da obra só se efetivará após a vistoria da Fiscalização do Município e/ou órgão financiador que considere os serviços executados conforme projeto e com a qualidade adequada;
- 8.2. Após concluídos os trabalhos será emitido o Termo de Recebimento Provisório da Obra, e durante um período de 30 (trinta) dias (a contar da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório), a Contratada deverá sanar qualquer pendência de obra que existir;
- 8.3. Após nova vistoria pela Fiscalização e constatação de que não há pendências nos serviços da Contratada, é emitido o Termo de Entrega Definitiva da Obra.



9. GARANTIA DA OBRA

- 9.1. Salvo legislação que amplie o prazo da garantia da construção e demais serviços executados, a garantia mínima será de 5 (cinco) anos, a contar da data de recebimento definitivo da obra (data constante do Termo de Recebimento Definitivo da Obra);
- 9.2. A garantia deverá ser oferecida exclusivamente pela construtora vencedora da licitação, não podendo a mesma, sob nenhuma alegação, transferir a sua responsabilidade a terceiros, devendo os serviços serem executados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo serviços que justificadamente necessitem de maior prazo para conclusão, se assim entendido e autorizado pela Fiscalização.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 10.1. O licitante deverá preferencialmente visitar o local da obra, a fim de tomar conhecimento das particularidades existentes na edificação;
- 10.2. O licitante deverá apresentar os projetos de sua responsabilidade para análise da Fiscalização;
- 10.3. Todos os materiais para descarte proveniente de demolições, caliças, etc. serão de responsabilidade da Contratada e deverão ser destinados corretamente, em locais próprios para este fim;
- 10.4. A execução do presente objeto deverá obedecer a todas as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) vigentes à época;
- 10.5. Nenhum serviço será executado antes da emissão e quitação das ART/RRT de Execução de Obra, que contemple todas as atividades a serem desenvolvidas por parte da construtora;
- 10.6. Caberá exclusivamente à construtora adotar as medidas necessárias para impedir a entrada/permanência de pessoas estranhas ao serviço no local da obra, sendo a única responsável por acidentes que envolvam seus funcionários e/ou a comunidade. Nenhuma pessoa poderá permanecer no local da obra sem estar utilizando os EPIs necessários à sua segurança e de terceiros;
- 10.7. Todos os elementos constantes do Memorial Descritivo deverão ser executados, mesmo que não constem do Orçamento fornecido pela Prefeitura Municipal, devendo ser considerados pela Contratada no momento de montar seu orçamento, pois não geram direito à aditivos de valor;
- 10.8. Todos os materiais a serem utilizados serão novos, de primeira qualidade, resistentes e adequados à finalidade a que se destinam. Deverão obedecer às especificações do presente memorial, as normas da ABNT, no que couber e, na ausência de especificações deverão ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Rua XV de Novembro, 30 – Triunfo – RS – CEP – 95.840-000
e-mail: planejamento@triunfo.rs.gov.br

- 10.9. Caso a Contratada utilize materiais cuja qualidade seja duvidosa, caberá à mesma comprovar, por meio de ensaios, estarem os mesmos de acordo com as Normas Técnicas, inclusive no que se refere à qualidade, ficando as respectivas despesas por conta da Contratada;
- 10.10. A Fiscalização poderá mandar reparar, corrigir, remover, demolir, reconstituir ou substituir no total ou em parte, qualquer serviço ou material que não esteja de acordo com as condições deste memorial, ou em qualidade inferior ao aceitável, obrigando-se a Contratada a iniciar o cumprimento das exigências dentro do prazo determinado pela Fiscalização, ficando as respectivas despesas por conta exclusivamente da Contratada;
- 10.11. Constatado algum equívoco de projeto caberá à Contratada interromper imediatamente os trabalhos e notificar a Fiscalização para que sejam tomadas as devidas providências. Só serão permitidas atitudes não previstas em projeto sem o consentimento prévio da Fiscalização se as atitudes imediatas forem imprescindíveis para a segurança dos funcionários, comunidade e/ou bens próprios ou de terceiros;

Triunfo, 21 de novembro de 2023

Humberto Brandão
Engenheiro Civil
CREA-RS 247391